



Mário Abrantes

48 anos da Constituição e Autonomia a vender anéis

Na terça-feira desta semana, passaram os 478 anos da maior cidade dos Açores – Ponta Delgada, que daqui saudamos efusivamente, esperançados de que se constitua cada vez mais como polo de desenvolvimento não centralizador, mas antes em harmonia e coesão com todas as freguesias do concelho.

Neste mesmo dia 2 de abril passaram por sua vez 48 anos da promulgação da Constituição da República Portuguesa, que apesar de objeto de sete revisões posteriores de que foi alvo e que a amputaram, no sentido menos progressista, de alguns dos seus avançados preceitos, continua a ser uma constituição que é necessário defender, exercer, divulgar, aplicar e cumprir, que reflete no essencial as conquistas alcançadas pelo povo português com a revolução iniciada em 25 de abril de 1974, integrando no seu texto a consagração das liberdades fundamentais e de direitos, como a educação, a saúde, a proteção social, o trabalho ou a habitação, todos eles ignorados de forma criminosa e sistemática pela ditadura salazarista durante o período igualmente de 48 anos que precedeu a revolução democrática.

O facto de consagrar direitos fundamentais, não quer dizer que esses direitos estejam desde logo garantidos, veja-se como exemplo o grave problema habitacional que ainda ensombra (ou compromete mesmo) a vida de milhões de portugueses. Quer antes dizer que é necessário lutar por eles e praticá-los.

Outro exemplo na ordem do dia é a necessidade de salvaguardar o direito estratégico à mobilidade dos residentes nos territórios insulares, em particular no território dos Açores, caracterizado pela dispersão dos seus 250.000 habitantes por nove ilhas, e distante quase 1500 km do território continental.

Detendo nas suas mãos um instrumento fundamental para asse-

gurar essa mobilidade – a SATA – essencial à vida económica e social do arquipélago em condições minimamente paritárias com o restante território nacional, e podendo recorrer ao nº3 do artº 86º que permite legislar no sentido de preservar o carácter público das empresas dos setores básicos, em conjugação com o preceito constitucional que determina o predomínio do poder político sobre o poder económico, na alínea a) do artº 80º, o que faz o governo regional? Insiste em vender a SATA Internacional aos grupos privados, através de um caderno de encargos gravemente lesivo e comprometedor do futuro dos interesses dos Açores, dos açorianos e dos trabalhadores da empresa. E vender para quê? Para, por conveniências inexplicadas, sacar de qualquer maneira dinheiro fresco sem pedir emprestado, embora pudesse fazê-lo se necessário pois a dívida está na ordem dos 70% do PIB regional, isto é, muito menos que os (considerados bons e até elogiados) 100% atuais do endividamento nacional.

Ao contrário da narrativa obscurantista criada ao longo dos anos, a SATA Internacional, além do valioso e contínuo serviço prestado aos Açores e aos açorianos, quase sempre teve gestões com resultados líquidos positivos, enquanto empresa pública, e depois da pandemia, ainda como empresa pública obteve em 2023 os valores maiores de sempre tanto nos passageiros transportados (milhão e meio), como nas receitas (mais 35% que 2022) ou no resultado operacional (22 milhões, 4 vezes superior ao de 2022). É, portanto, uma empresa com futuro garantido, enquanto pública. Já o mesmo, bem como a salvaguarda do interesse regional e nacional, não se poderá de nenhuma forma induzir do lamentável processo de privatização em curso no qual, atualmente, tão afadigadas andam as direitas todas aliadas (PSD, CDS, PPM, Chega e IL). Razões que a própria razão desconhece...



Alexandra Manes

Troika Revival

A nova composição de governo senta à mesma mesa defensores de Vistos Gold (que, de acordo com um artigo científico publicado pelo Institute of Labor Economics, na Alemanha, e divulgado pelo Observatório Fiscal Europeu, inflacionaram o preço da habitação), privatizadores dos cuidados de saúde, opositores aos direitos dos trabalhadores. Uma viragem radical, num momento difícil para um país que, lentamente, ascende nos indicadores sociais.

E já que se fala de Vistos Gold, importa lembrar o papel que o executivo do PSD/CDS e o Turismo de Portugal, na pessoa de Cotrim Figueiredo, tiveram quando após a invasão à Crimeia foram à Rússia acelerar a venda de Vistos Gold para os oligarcas, contribuindo assim, para o lobby da especulação imobiliária.

O fim do ministério da Habitação e do ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (este último já levou à indignação de mais de vinte federações e associações académicas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, que lamentou a fusão dos Ministérios da Educação, Ciência e Inovação considerando tratar-se de um retrocesso), diz muito sobre aquilo que será este Governo, enquanto durar. E desengane-se quem considere positiva a criação do ministério da Juventude e Modernização, pois parece criado à medida de Margarida Balseiro. Uma ministra tão moderna, mas tão moderna que, num debate recente na SIC Notícias, comparou a reversão da IVG com a reversão da privatização da TAP...

O Ministério da Educação terá Fernando Alexandre na sua liderança, aplaudido pela associação de colégios privados, dirigente do “think-tank +Liberdade”, tendo defendido o fim definitivo do 14º mês para

os pensionistas e funcionários públicos, incluindo os professores. Um economista que se teme levar para uma das pastas mais importantes e determinantes para o futuro do país, uma perspectiva economicista e de mercantilização do ensino.

A Rita Júdice calhou o Ministério da (In)Justiça, onde o mérito prevaleceu, já que foram 25 anos no escritório do pai (Miguel Júdice) a vender hotéis e tudo. Parece estamos perante aquilo que Marx e Engels definiram como “uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa.”, de certas frações dessa classe, na realidade.

O chega ficou de fora do atual elenco governativo. Foi penoso assistir aos sucessivos apelos de Ventura para ser incluído no governo, quando há dois anos dizia nunca o fazer. Mas, Ventura é assim: diz e contradiz-se sucessivamente e já deixou bem claro que ele e os 49 eleitos não estão ali para defender as pessoas, mas sim, para fazer crescer a extrema direita, em Portugal. Por enquanto, as e os seus votantes estão num estado de que tudo o que Ventura diz é ouro, até ao dia que sentirem a acidez das medidas políticas do chega, na sua vida.

Quanto a Rita Matias e a imigração, foi uma vergonha assistir à forma como se refere às pessoas imigrantes, como se de objetos ou de carga se tratasse. No entanto, o problema do chega com a imigração, é unicamente com o imigrante pobre. O discurso da extrema direita e dos liberais revela que estrangeiros do norte global estão isentos de conotação negativa pela condição económica que possuem.

A procissão ainda nem do adro saiu e já se percebeu que este governo não se formou para resolver os problemas reais do país.